

Operação Compliance Zero

BRB abrirá processo contra ex-gestores

Em audiência no Senado, o presidente do banco, Nelson de Souza, anuncia ações de responsabilidade civil contra ex-administradores ligados ao escândalo Master

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson de Souza, afirmou que a instituição vai ingressar com ações de responsabilidade civil contra ex-administradores envolvidos nas operações com o Banco Master. Segundo ele, o BRB já instaurou procedimentos de apuração contra dirigentes, empregados e demais pessoas citadas na auditoria feita pelo escritório Machado Meyer e em outras investigações em andamento. As declarações ocorreram em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Souza enfatizou que o BRB buscará ressarcimento por danos causados ao patrimônio do banco. "Abrimos apurações para todos os dirigentes, empregados e qualquer um que foi citado dentro do relatório da Machado Meyer ou de apurações que venham a chegar", frisou. "Vamos ingressar com ação de responsabilidade civil contra todos os ex-administradores."

Ao detalhar as medidas adotadas, Souza informou que parte dos ativos ligados ao grupo de Daniel Vorcaro, dono do Master, já foi alvo de arresto judicial. Segundo ele, a atual administração conseguiu o bloqueio de 23,5% das ações que estavam sob controle de empresas ligadas ao empresário.

Questionado sobre a relação entre Vorcaro e o BRB, o presidente afirmou não ter informações sobre quantas vezes o banqueiro esteve na instituição. "Não tenho realmente esses detalhes", respondeu. O executivo ressaltou que os processos relacionados ao caso estão sendo conduzidos tanto na Justiça quanto em corregedorias e órgãos responsáveis pela apuração de responsabilidades.

Souza também abordou a situação financeira do banco e o atraso na divulgação do balanço referente ao exercício de 2025. Segundo disse, as demonstrações financeiras serão publicadas assim que forem concluídos os procedimentos de auditoria independente, validação contábil e tramitação regulatória exigidos pelos órgãos de controle.

"O banco tem total interesse em divulgar o balanço. A quem mais interessa essa divulgação é ao próprio BRB, especialmente diante da corrida de liquidez que vem se acentuando pela ausência dessas demonstrações financeiras", ressaltou. De acordo com ele, a publicação ocorrerá imediatamente após a conclusão das etapas técnicas previstas pelas normas do sistema financeiro.

Outro ponto central da audiência foi a defesa do acordo firmado entre o Governo do Distrito Federal, a União e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), homologado

Ed Alves/CB/D.A Press



Nelson de Souza (E) disse não ter informações sobre quantas vezes Vorcaro foi ao Banco de Brasília



A quem mais interessa divulgar o balanço é o próprio BRB, tendo em vista a corrida de liquidez, que cada vez se acentua, tendo em vista a não divulgação desse balanço"

Nelson Antônio de Souza,
presidente do BRB

pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Souza classificou como essencial a aprovação, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), do projeto de lei que formaliza a operação. O texto prevê um empréstimo de cerca de R\$ 6,5 bilhões ao BRB, além de garantias oferecidas pelos maiores bancos do país. Para o presidente da instituição, a medida é decisiva para recompor a estrutura de capital e assegurar a continuidade das operações. "É um projeto de lei importantíssimo para o Banco de Brasília. A homologação do acordo firmado no Supremo pela Câmara Legislativa é fundamental para a sobrevivência do banco", declarou. O texto foi aprovado horas depois pela CLDF (leia reportagem na página 13).

Na sessão, Souza procurou transmitir aos parlamentares a mensagem de que o BRB trabalha para superar os efeitos da crise. De

acordo com ele, os aportes previstos no acordo permitirão ao banco voltar a atender todos os índices regulatórios exigidos pelo Banco Central. O executivo também defendeu o papel dos bancos públicos no sistema financeiro nacional, especialmente na execução de programas sociais e no atendimento a regiões menos atraentes para a iniciativa privada.

Tensão

A audiência foi marcada por momentos de forte tensão política. Em um dos episódios mais acalorados da sessão, a senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) bateu boca com o presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL). A parlamentar cobrou apoio à criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso Master e acusou o senador de atuar em defesa dos interesses da instituição financeira e de Vorcaro.

Dra. Eudócia saiu em defesa do filho, João Henrique Caldas, o JHC, ex-prefeito de Maceió, alvo de críticas de Calheiros por causa das investigações envolvendo o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev). Em um dos momentos mais tensos da audiência, a senadora reagiu às declarações do colega de bancada e afirmou: "Eu nunca ensinei meu filho a roubar, diferente do senhor", provocando reação imediata do presidente da comissão e elevando o tom do debate.

Calheiros respondeu que a CAE não permitiria que a audiência fosse usada para discutir assuntos alheios ao tema da sessão.

Calheiros volta à carga contra chefe do BC

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), voltou a afirmar que o Banco Central (BC) teria, sob a gestão de Gabriel Galípulo, solicitado um empréstimo para o Banco Master ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Galípulo já negou que esse pedido tenha ocorrido.

A declaração ocorreu ontem, na abertura da audiência na CAE que ouviu o presidente do Banco de Brasília, Nelson de Souza. "Tornei públicas algumas informações que o próprio presidente do Banco Central negou a existência; por exemplo, que o Banco Central, sob a gestão de Gabriel Galípulo, pediu empréstimo ao FGC para o Banco Master, de R\$ 11 bilhões", disse Calheiros.

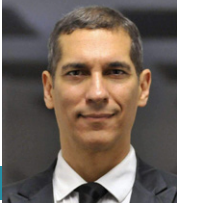
Conforme o senador, como consequência desse pedido, o FGC teria liberado um empréstimo de R\$ 6,7 bilhões. Ele afirmou que há um documento que comprova essa informação.

Em maio, quando participou de audiência na CAE, Galípulo negou que o pedido tenha ocorrido. Na ocasião, Calheiros disse que o BC teria enviado, em 2025, um pedido de R\$ 11 bilhões ao FGC para viabilizar a venda do Master ao Banco de Brasília (BRB). "A informação está errada. Não há nenhuma carta com valor de R\$ 11 bilhões. O Banco Central jamais tentou viabilizar a venda", enfatizou Galípulo.

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



O que interessa nas delações do caso Master

Há meses o mundo político sofre calafrios com as possíveis revelações do maior escândalo financeiro de que se tem notícia no Brasil. Desde a primeira prisão de Daniel Vorcaro, em novembro do ano passado, o país acompanha uma sequência de episódios, tal qual estivesse assistindo a uma maratona de uma série de streaming. Em meio a cifras bilionárias, festas nababescas, muita ostentação e uma teia de fraudes financeiras, personagens centrais do escândalo negociam com os investigadores se obtêm o benefício de redução de pena por meio do instituto da delação premiada.

Daniel Vorcaro voltou à cadeia no início de março, preventivamente, como parte de uma das etapas da Operação Compliance Zero. Desde então, tenta apresentar informações que a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República julguem úteis e inéditas para a investigação. Nesse caminho, o protagonista do escândalo Master já trocou de advogado, mas os resultados ainda são obscuros. A demora nas tratativas sugere que o banqueiro enfrenta dificuldades para fornecer material útil às investigações.

Problema semelhante parece ocorrer com Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília. O executivo que tramou com Daniel Vorcaro uma operação de R\$ 12 bilhões entre o BRB e o Master, além de outras graves suspeitas, também mudou a equipe de defesa. Mas corre sério risco de ver suas informações sobre o escândalo rejeitadas pelas autoridades à frente do inquérito. No caso do BRB, o ponto central a ser esclarecido é o envolvimento do ex-governador Ibaneis Rocha. Uma delação premiada de PHC só teria chance de vingar se o ex-dirigente do banco apresentasse provas de que obedecia a ordens de alguém.

Desde o início, boa parte do frisson em torno do caso Master ocorre em razão da proximidade dos principais envolvidos com altas autoridades da República. Se no início do ano a pressão estava toda voltada contra ministros do Supremo Tribunal Federal, a proximidade das eleições direcionou o foco aos políticos. O caso de Ibaneis Rocha é o mais evidente, a ponto de provocar um racha com a governadora Celina Leão, com reflexos no grupo político que sustentou os dois últimos governos no Distrito Federal. Uma possível delação de Paulo Henrique Costa é vista como a pá de cal para as pretensões de Ibaneis ao Senado. Quanto à atual chefe do Burity, o sucesso nas urnas está diretamente ligado ao que pode ocorrer com o BRB nos próximos meses, a partir do acordo homologado pelo ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal.

No atual momento, as delações de Vorcaro e Paulo Henrique Costa interessam porque podem levar as investigações, em primeiro lugar, a caminhos ainda desconhecidos da opinião pública. O ponto primordial a ser levantado é o caminho do dinheiro. Ainda carece de esclarecimento o tamanho da fortuna mantida por Vorcaro e seus cúmplices, no Brasil e no exterior, resultante dos golpes aplicados contra aposentados, investidores, clientes do BRB e outras vítimas da fraude Master.

Em segundo lugar, as revelações dos dois principais envolvidos no escândalo ganham relevância se tiverem implicações criminais para personagens importantes da República. Ibaneis Rocha está no olho do furacão, mas há outros nomes comprometidos, como o senador Ciro Nogueira, o ex-governador Cláudio Castro e o entorno do Davi Alcolumbre. Nas últimas semanas, quem se juntou ao grupo de alvos do escândalo foi o pré-candidato e senador Flávio Bolsonaro. O parlamentar ainda não conseguiu afastar as suspeitas sobre os repasses ao filme *Dark Horse*, e não resta dúvida de que o assunto será explorado à exaustão na campanha eleitoral.

Por fim, as declarações dos dois encarcerados de Brasília podem contribuir para um debate ainda pendente, motivado pelo escândalo Master: as falhas regulatórias que permitiram a formação de um esquema que provocou um rombo de R\$ 60 bilhões no sistema financeiro nacional. Para os governistas, o ovo da serpente se encontra no governo Bolsonaro, mais precisamente na gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central. Mas há também críticas em relação à atuação da atual gestão da autoridade monetária, em particular na condução do imbróglio entre BRB e Master. Persistem, ainda, suspeitas sobre a origem baiana do escândalo, com a adoção do CredCesta no governo de Rui Costa e posterior utilização em outras praças, como no Rio de Janeiro.

Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa têm muito a explicar. Mas, pela magnitude do escândalo Master, só têm alguma chance de reduzir pena se comprovarem a cumplicidade de quem tem poder em Brasília. Do contrário, enfrentarão um bom período no cárcere.

EMENDAS PARLAMENTARES

Multa diária por falta de transparência

» IAGO MAC CORD

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabeleceu multa diária de 1% sobre o valor de emendas parlamentares recebidas por estados e municípios que não prestarem contas a respeito do uso dos recursos.

A medida atinge entes federados que receberam as chamadas "emendas Pix" destinadas a eventos entre 2020 e 2024 e que não apresentaram planos de trabalho, não complementaram dados cadastrais ou deixaram de enviar relatórios de gestão à plataforma Transferegov.br. O objetivo é garantir a rastreabilidade dos recursos, especialmente aqueles ligados ao Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia.

Uma auditoria técnica identificou que empresas beneficiadas pelo Perse também receberam recursos de emendas parlamentares individuais. O cruzamento de dados revelou até o momento 126 Planos de Trabalho registrados no Ministério do Turismo (MTur), dos quais 72 foram aprovados e 54 aguardam complementação.

Além disso, em uma amostra de 29 novos relatórios de gestão, empresas cadastradas no Perse foram localizadas em 11 documentos, não complementaram dados cadastrais ou deixaram de enviar relatórios de gestão à plataforma Transferegov.br. O objetivo é garantir a rastreabilidade dos recursos, especialmente aqueles ligados ao Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia.

Diante dos dados, o ministro alertou para a gravidade do usufruto de incentivos fiscais por companhias envolvidas em possíveis esquemas de desvio, classificando o cenário como uma

distorção inadmissível na gestão de verbas públicas.

"A título ilustrativo, imaginemos a repugnante hipótese de uma empresa participar de 'esquemas' de desvio de dinheiro público destinado por emendas, e ainda ser beneficiada por incentivos fiscais", pontuou.

O Ministério do Turismo terá prazo de 10 dias corridos para identificar e notificar os entes inadimplentes sobre a aplicação de multas. Dino determinou que a sanção financeira incidirá diariamente até a completa regularização das pendências por parte dos estados e municípios.

Os valores arrecadados com essas sanções serão destinados ao financiamento de ações de controle, auditoria e transparência de emendas.

Sophia Santos/STF



O ministro Flávio Dino fixou multa de 1% do valor da emenda